

Uma Análise dos Fundamentos da Filosofia da Educação de Santo Tomás de Aquino

Patrícia Aparecida Cezário dos Santos¹

Maria Inácia Lopes²

Pe. João Batista Ferraz do Prado³

Resumo

Este trabalho faz um estudo analítico dos fundamentos da Filosofia da Educação de São Tomás de Aquino, avaliando vários aspectos tais como: o cerne da Educação, o papel do professor e o papel do aluno. A metodologia utilizada fundamenta-se na pesquisa bibliográfica de vários autores renomados.

Palavras-Chave: Educação, Filosofia, professor, aluno, verdade.

INTRODUÇÃO

Santo Tomás de Aquino é considerado um dos maiores filósofos escolásticos que abordou a educação no âmbito de sua antropologia filosófica. Devido à influência que recebeu da teoria de Aristóteles tornou-se aos poucos bem aceito no âmbito acadêmico de sua época. O pensamento de São Tomás de Aquino sobre a Educação ainda exerce influência no meio filosófico, inclusive, convém ressaltar que seu sistema de ensino é muito difundido nas escolas católicas.

A vida de São Tomás de Aquino foi inteiramente dedicada à meditação e ao estudo. Ele era dotado de uma habilidade eloqüente de discorrer acerca de temas filosóficos e isto era notável em seu método discursivo. Seu método consistia em primeiramente expor as questões em sua devida ordem, em seguida, previa as possíveis respostas e suas objeções de forma clara e detalhada, parece uma virtude de honestidade intelectual, evitava ao máximo omissões quanto ao tema tratado.

Dentre o campo vasto de sua bibliografia cabe ressaltar a sua obra magna sobre a educação *De Magistro*. Esta obra é dividida em quatro artigos os quais tratam respectivamente:

1. Pode o homem ensinar e ser chamado ministro ou só Deus?

¹ Licenciada em Filosofia da Faculdade Católica de Anápolis

² Mestre em Ciências da Educação Superior e Vice-Diretora Acadêmica da Faculdade Católica de Anápolis

³ Mestre em Educação e Professor do Curso de Licenciatura Plena em Filosofia da Faculdade Católica de Anápolis

2. Pode alguém ser chamado o seu próprio mestre?
3. Pode o homem ser ensinado pelo anjo?
4. É ensinar função da vida ou da contemplação?

Esta obra *De Magistro* é somente um relatório elaborado por São Tomás e apresentado quando era mestre na Universidade de Paris, por volta do ano de 1257.

O *De Magistro* de São Tomás tem a vantagem de relacionar a doutrina da educação com a filosofia total da vida, conforme a mentalidade medieval ansiosa por unificar o saber. (VAN ACKER 1935, p. 35).

O presente trabalho visa a expor a amplitude da filosofia educacional de São Tomás de Aquino, bem como sua fundação antropológica e teológica.

Na primeira parte será apresentada uma visão dos parâmetros teóricos educacionais concebidos pelo Doutor Medieval. Um recurso usado foi as duas metáforas segundo Santo Tomás, a semelhança da arte da medicina e arte do agricultor com a arte de ensinar.

A educação destina-se a auxiliar o aluno da mesma forma que o médico ao doente e o agricultor à planta, fazendo com que, assim, o professor torne ato seu desejo de saber. No centro da educação está a verdade. O ser humano deseja naturalmente saber. Deseja buscar a verdade e a educação deve estar a par disto porque a verdade conduzirá o ser humano também por suas ações à sua finalidade última, e à liberdade interior.

Serão mostrados neste artigo alguns elementos éticos na educação, a função do professor e do aluno ao tratar da responsabilidade de cada qual na educação. É possível falar de ética educacional. O professor é ético quando exerce sua devida função e não toma a responsabilidade que cabe ao aluno. São poucas teorias educacionais que frisam a importância da responsabilidade e a função do professor. Fala-se tanto no papel do professor e às vezes, até injustamente, omite-se a responsabilidade do aluno. O aluno é considerado o agente principal da educação.

Este trabalho oferece uma simples contribuição para um entendimento acerca da educação. A grande contribuição oferecida por São Tomás à educação se refere ao fato de colocar a verdade no cerne da questão. A busca da verdade não pode ser omitida no processo educacional e o professor deve ser também muito bem definido.

O QUE É A EDUCAÇÃO?

Faz-se necessário apresentar uma forma segura de pensar em educação, deixar claro os princípios e os fundamentos perenes da educação.

A educação de fato é aquela que está inclinada por meio da inteligência a buscar a verdade e, assim como um trampolim, saltar rumo à liberdade interior.

Em outros significados, a inteligência é o instrumento educacional; a verdade é a liberdade interior, fim último da educação.

A liberdade interior está longe de ser uma expressão romântica e de tendência a provocar suspiros alucinantes; é um caminho árduo, lento, profundamente humano.

Santo Tomás de Aquino, de acordo com a Teoria Aristotélica, toma este argumento da liberdade e sobre o mesmo princípio desenvolve a explanação de sua concepção educacional. Admite o ser humano naturalmente como detentor natural da potencialidade intelectual, em outras palavras, o ser humano é dotado de capacidade de aprender.

Preexistem em nós certos germens das ciências, a saber, as primeiras concepções intelectuais, imediatamente conhecidas à luz do intelecto agente por meio de formas abstratas do mundo sensível; quer sejam complexas como os axiomas, quer sejam incomplexas (simples) como a noção de ser, de um e outros conceitos semelhantes, imediatamente apreendidas pelo intelecto. (AQUINO, apud VAN ACKER, L. 1935. p. 66).

Santo Tomás se debruça ainda sobre a questão de ensinar.

Verifica-se no ser humano a inclinação ao aprendizado. Surgem aí algumas perguntas referentes ao tema: o que é ensinar? O que é aprender? Se o ser humano é capaz de aprender, quem é que pode ensiná-lo? Qual o objetivo do ensino? Quem teria cátedra de ensinar?

Aprender e ensinar são atos intrínsecos à educação. “Aprender, é pois, refletir pessoalmente sobre os dados sensíveis. Ensinar deveras não é somente suscitar imagem e estimular a sua reassociação mecânica e memorativa, mas provocar pelas imagens a marcha reflexiva do pensamento do discípulo” (VAN ACKER, 1935, p. 35).

Ademais, diz Agostinho no Do Mestre:

Só Deus tem a cátedra nos céus e ele ensina internamente a verdade; outro homem está em relação à cátedra como o agricultor com relação

à árvore. O agricultor, com efeito, não é quem faz a árvore, mas cultivador. Logo, nem o homem pode ser dito doador da ciência, mas o que disponibiliza para ciência. (AQUINO, Santo Tomás. apud VAN ACKER, 1935,p. 52-3).

Desta constatação de Santo Agostinho, retomada e esclarecida por Santo Tomás, fica claro que a cátedra máxima de ensinar o ser humano pertence a Deus. Sua cátedra corresponde ao ensino interno, intrínseco, ou seja, o ser humano é capaz de aprender pela efusão da razão natural realizada por Deus.

Ele provoca o aluno a refletir. Pode-se retomar ainda a metáfora, antes mencionada, que confirma e justifica mais claramente o pensamento de Santo Tomás. O exercício do mestre se assemelha também ao exercício do agricultor. Não faz parte do ofício do agricultor fazer a árvore ou fazê-la crescer, ou dar frutos, contudo, ele auxilia a planta em sua tendência natural. Em relação à terra, às pragas, à poda, à colheita, o agricultor pode auxiliar aquilo que é natural da planta e fazê-la crescer, florir, produzir mais.

O que há de potencialidade no homem se torna ato pela razão ou desejo de conhecer o mestre. O aluno é capaz de adquirir conhecimento. O mestre não concede nem pode conceder esta capacidade ao aluno. A potência de raciocinar e, por sua vez, de aprender é inteiramente do aluno. Sob o auxílio do mestre, tal potência torna-se ato. O professor possui a ciência da qual o aluno é desprovido e este é potencialmente capaz de possuí-la também. O professor auxiliará com seu conhecimento, o desejo do aluno de buscar a verdade.

Desta forma, é possível falar em teoria evolucionista educacional de São Tomás de Aquino, porque aprender significa passar de potência ao ato por força da determinação e atividade própria. Vale ressaltar que “as potências vêm de Deus, embora o seu desenvolvimento corra por conta do homem”. (VAN ACKER,1935, p. 19).

Para Santo Tomás de Aquino, aprender não se restringe a aprender um conteúdo no sentido e aprendizado se limitar à memorização de informações. A mente humana é mais que uma folha em branco a ser marcada pelo que outros aí gravam. Aprender significa refletir a respeito de dados apresentados pelo mestre e transpô-los. As informações necessárias ao aprendizado são elementos que não devem fomentar mais o desejo de melhor conhecer. Aprender é um ato reflexivo constante. Além disso, a insistência a respeito de ajudar o aluno a pensar se deve à intenção de que o homem seja

autônomo em seu exercício racional. Autônomo não no sentido individualista, onde se decide fazer o que bem entende nem no sentido relativista, onde se cria razões inclusivas para justificar o mal. Autonomia aqui no sentido de ser capaz pelo bom uso da razão de buscar a verdade. Somente a verdade proporcionará uma libertação, uma liberdade interior.

1. O cerne da educação

E o que convém ensinar? Esta é uma pergunta singular ao tema tratado. Santo Agostinho esclarece:

Verdadeiramente, pode-se dizer que o homem é verdadeiro mestre, que ensina a verdade e ilumina a mente, não infundindo o lume à razão, mas ajudando o lume da razão para a perfeição da ciência, por meio daquelas coisas que propõe exteriormente. De acordo com isso, se diz em Efésios III, 8-9: “A mim, o mínimo entre todos os santos, foi dada esta graça... iluminar a todos sobre a dispensação do sacramento oculto pelos séculos em Deus”. (ST AGOSTINHO 1973, p. 352).

A educação humana não pode se esquivar da relevância antropológica. Conforme a concepção filosófico-antropológica de Aristóteles, o homem deseja naturalmente conhecer. A educação não deve se omitir de tal fato. O que tanto deseja o ser humano conhecer? Trata-se da verdade. A verdade aqui não pode ser entendida como uma matéria curricular dentre outras, mas como o objetivo a ser alcançado dentre as matérias curriculares. A verdade deve estar no cerne da fundamentação educacional.

Não há outro fundamento para a tarefa educacional senão a inserção eterna: é a verdade que liberta o homem. Do mesmo modo, quando preparar o adolescente para exercer seu poder de pensamento de modo autêntico, livre libertador – por outras palavras – quando o equipa para atingir a verdade, e o torna capaz de julgar segundo a virtude da evidência e de desfrutar a verdade e a beleza por amor delas mesmas, e de avançar quando for adulto, para a sabedoria e uma certa compreensão das coisas que lhe trazem um antegoço da imortalidade. (MARITAIN, 1968, p. 190).

A verdade como cerne da educação visa a equipar o aprendiz do discernimento. É essencial à vida humana saber distinguir o bem do mal. Não há sociedade que viva sem tal deliberação, porque a partir dela é que se há de estabelecer

fundamentos organizacionais e jurídicos. A verdade, como cerne da educação, também supõe clareza moral uma vez que tem bem determinado o certo do errado, o bem do mal; conseqüentemente podem-se estabelecer princípios morais. A educação moral, partindo da capacidade de distinguir o bem do mal, se desdobra em muitas outras questões mais específicas, o que torna o aluno apto a fazer escolhas. E mais do que tornar apto o aluno a decidir e escolher, em outras palavras, ajudar a tornar livre.

Há uma tendência moderna individualista que dita como liberdade a permissiva atitude de permitir a cada qual fazer o que quiser e, o pior, julga as censuras feitas a tal permissividade como autoritaristas, retrógradas ou mesmo desumanas. Contudo, esta consideração desconhece os princípios universais antropológicos. A educação, tendo como cerne a verdade, visa à busca da liberdade humana, mas liberdade enquanto humana; e não como libertinagem humana, entendida como as tendências subjetivas ou mesmo instintivas que descartam a reflexão moral das ações. A liberdade essencialmente antropológica não pode negar ao homem seu caráter humano, não pode negar seu caráter ontológico. A liberdade deve permitir ao homem tomar propriedade daquilo que o torna mais ele mesmo. Contudo, a educação não consiste em deixar cada um fazer o que quer, mas “em ajudar cada um a ser o que ele deve ser, o que nasceu para ser”. (PRADO, 1991, p. 242).

1.1 A educação e a virtude da prudência

A busca da verdade, o cerne da educação, requer implicância na vivência prática, ou seja, nos valores, na moral, uma vez que educação não corresponde estritamente a conteúdo intelectual. Segundo Tomás de Aquino (apud VAN ACKER, 1935), a verdade existe primeiramente em Deus, criador do universo; em segundo lugar, nas coisas e ideias materializadas de Deus, símbolos de conceitos; em terceiro lugar, na mente humana, que é capaz de abstrair o significado do universo e, interpretando-o, conhecer o espírito de Deus. Desta forma, esta interpretação e reflexão se voltam para a compreensão do mundo.

A educação contribui para a moral com a interpretação do mundo, o conhecimento da realidade, o processo de associação e dissociação e, a partir daí, vai estabelecendo critérios práticos. O conhecimento sensível proporciona informações e dados para a razão. E o confronto de dados, situações, experiências presta grande importância a um amplo campo de investigação racional tendo em vista a deliberação

em busca do bem. Em meio a este processo de reconhecimento da realidade se desenvolve a capacidade de deliberação, que pode ser chamada de prudência. “Somos, naturalmente, aptos à prudência. Mas, a perfeição dessa qualidade só pode ser adquirida pela prática e com auxílio da graça”. (VAN ACKER, 1935, p. 207).

Pela virtude da prudência é capaz o ser humano de atingir o seu fim último, ser livre. Por meio dela o ser humano se depara com o mundo, examina a realidade, delibera uma forma de concretizar o bem, que por sua vez só se concretiza se estiver conforme a realidade, a verdade das coisas. A prudência dirige os atos humanos tendo em vista o que for bom. Por exemplo, ao notar um clima de muito frio e perceber alguém desprovido de abrigo, não há de se dar a este alguém conselhos a respeito de como proteger de insolação. O contexto momentâneo desta pessoa está totalmente desconectado do conselho oferecido.

A deliberação se volta também às questões jurídicas. O ser humano aos poucos vai dominando conceitos de justiça, bem como seu princípio e fundamento. As leis estabelecidas passam pelo jugo da prudência, porém se vê a postura inclinada ao “*dura Lex, sed Lex* do dito latino, que consiste na inflexibilidade de aplicar literalmente a fórmula, sem correção da prudência (PRADO, 1991, p. 206). Por outro lado, há postura interpretativa mais profunda como nas escrituras sagradas, onde afirma que, “o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado”. (Mc. 2.27. **Bíblia Sagrada**. 1997). E ainda se pode citar:

O senso de reciprocidade é uma expressão do sentimento e dever de justiça. Um biólogo disse certa vez que o sentimento de justiça decorre de uma lei biológica que diz o seguinte: “Todo ser vivo tem o direito de viver, podendo para isso ocupar um certo lugar e um certo tempo”. É claro que o sentimento de justiça decorre de princípios mais altos, da lei de Deus e da lei humana, que o homem formula graças à percepção que o ser inteligente tem da natureza das coisas. (PRADO, 1991, p. 202)

A educação, diante desta realidade, se volve a prestar ajuda ao aprendiz. O professor não pode manipular a busca do bem, da justiça, dos valores. Ao contrário, é preciso ajudar o aluno na deliberação entre o bem e o mal, e entre o bem maior em relação a um menor. Porque

Sem uma hierarquia estável de valores, não pode haver nem unidade, nem integração. Ora, na verdadeira hierarquia dos valores, segundo a filosofia tomista, o conhecimento e o amor daquilo que está acima do

tempo ultrapassam, envolvem e vivificam o conhecimento e o amor do que está situado no tempo (MARITAIN, 1968, p. 198).

Somente desta maneira a educação atinge seu fim, também no aspecto moral. A educação, então, ajuda o homem a se inserir, conviver com a realidade anterior a ele mesmo. Ela ajuda ainda o homem a tirar (de dentro) de si suas virtudes via deliberação do mundo existente. À medida que experimenta, que reflete o mundo é mais capaz de elaborar ações de forma a melhor encontrar a verdade, inevitavelmente de fazer o bem e, por conseguinte, de conquistar a liberdade interior.

ÉTICA PROFISSIONAL

1. Finalidade da Educação

Teremos uma boa resposta somente quando se faz uma boa pergunta.

Na parte anterior discorreu-se sobre quem ensina, sobre os parâmetros educacionais. Nesta parte porém, há de se falar com mais empenho sobre a ética no que diz respeito à finalidade e aos fundamentos da educação e, ainda, aprofundar o papel do mestre (professor) e do aluno segundo a concepção de Santo Tomás de Aquino.

Retomando argumentos citados na parte anterior, no qual se afirma que o homem naturalmente tem o desejo de conhecer e que tal desejo se inclina à busca da verdade, portanto, a educação deve manter a coerência com tal concepção antropológica. Santo Tomás de Aquino entende que a verdade está no cerne da educação. Não se pode falar em educação sem a verdade.

E o que é a verdade? A verdade é interior. Se não há base objetiva para a verdade, a ciência humana torna-se totalmente subjetiva e, por consequência, a qualidade à inconstância. Seria imprudência permitir ao individualismo, subjetivismo, às classes sociais ou às sociedades definirem por seus critérios a verdade. Cada qual, segundo sua experiência, não teria como defini-la conforme sua singularidade.

A verdade, como cerne da educação, evita a concepção de “educações” segundo pode considerar a possibilidade de “educação da vontade”, “educação para ser um vencedor”, entre outras. Sem um fundamento seguro e determinado abre-se espaço para visões insensatas, imorais. A educação não pode ser entendida de forma destruída. Muito menos pode ser fragmentada conforme o interesse de cada um, como bem quiser.

A educação não pode ser usada estritamente para fins monetários ou partidários. Se o fim da educação se limita à incorporação de um indivíduo a uma instituição, ou uma identidade restrita ela se torna parcial e passa a minimizar a compreensão antropológica, o ser humano é reduzido a um número a mais. De certa forma, poderia formar excelentes partidários porém, péssimos seres humanos.

Segundo Dom Lourenço de Almeida Prado (1991, p.180) “O fim da educação, ou em outras palavras, o objetivo ético da educação e o próprio conteúdo da formação ética é a conquista interior”. A partir de tal comprovação é possível notar a desigualdade de tantas concepções educacionais com a de Santo Tomás de Aquino. O doutor Angélico supõe uma qualidade do caráter humano, uma antropologia educacional. O conteúdo a ser ministrado, o objetivo da instituição escolar, as leis de diretrizes e bases, a função do professor, o desejo de aprender do aluno devem focar esta finalidade: a liberdade interior. Em outras palavras, a educação tem por finalidade tornar o humano mais humano, tornar em ato a potencialidade humana.

“Santo Tomás resolve o problema referente à natureza do homem e às suas possibilidades educativas, como resolveu quase todos os problemas com os quais se ocupou. Aplicou a teoria de Aristóteles sobre a matéria e a forma” (VANACKER, 1935, p. 157). Sobre a matéria e a forma, mostrou um bloco de concreto. Um artista pode transformar este bloco de concreto na forma de uma mulher, de um animal. Uma massa de modelar pode modelar uma criança, uma casa, uma família.

A matéria constitui poder da forma, por outro lado, a matéria limita a forma. Não se pode construir um viaduto com um único bloco de concreto, porque a matéria do bloco é menor em proporção ao tamanho do viaduto construído. E tal matéria não possui potência de se multiplicar a fim de se tornar do tamanho necessário. A forma é a potencialidade da matéria em ato. De potencialidade supõe a possibilidade de ser, enquanto a forma se refere à potencialidade realizada em ato, concretizada.

A substância e suas potências, segundo Santo Tomás de Aquino, foram criadas por Deus, mas não é ele quem desenvolve diretamente todas as formas que correspondem a essas potencialidades. Permite aos seres que se desenvolvam por si e determinem o desenvolvimento de outros seres, fazendo com que ajam. (VAN ACKER, 1935, p. 158).

A existência das coisas está intimamente ligada à primeira causa, Deus. Deus cria a substância e suas potências, mas ele não as desenvolve, ele permite que o

ser se desenvolva: no caso do ser humano ele permite que se desenvolva a si mesmo. Que torne sua potência em ato. No caso do animal, ele não tem atividade própria.

O animal não tem problemas internos, suas ações são reflexo de seu exterior. Um animal nunca se perguntaria de onde vem, nem para onde vai, nem mesmo porque existe, e nem possui hábitos. É só o homem que possui alma intelectual.

“A alma intelectual do homem, de acordo com Santo Tomás, é forma espiritual, substancialmente unida ao corpo individual, formando com este personalidade única e integral” (VAN ACKER, 1935, p. 159). A integralidade coopera para aquisição de conhecimento porque o intelecto humano usa o corpo como meio de adquirir conhecimento por meio dos sentidos.

Deus concede aos seres a capacidade de possuir perfeição, e de elevar a sua força à realização por meio de atividade, que é de duas formas: a primeira devida a si mesmo e a segunda é de forma exterior, como uma motivação. Todo esse processo chama-se ato e potência, pode-se chamar de hábito.

O ser humano é o único capaz de conhecer a verdade, por causa de sua essência racional. Somente o ser racional pode identificar a verdade das coisas e refletir a respeito dela.

“Os hábitos intelectuais resultantes de um juízo constituem a posse da verdade” (VAN ACKER, 1935, p. 176).

Conhecer a verdade e a finalidade da educação é ter domínio entre as coisas e o intelecto.

Não se trata de tornar o aluno capaz de constatar a conformidade da realidade com as ideias.

Santo Tomás considera a sua teoria educacional evolutiva, ele toma como características da educação a moral e o intelectual.

Santo Tomás apregoa a evolução, como fundamento da educação. Aprender é passar da potência ao ato, por determinação e atividade própria. Fatores extrínsecos, como sejam mestres, livros, tradução social são coisas auxiliares do desenvolvimento autônomo. (VAN ACKER, 1935. p. 17)

2. O papel do Professor

Para compreender o papel do educador na educação deve-se recorrer imediatamente à famosa metáfora usada por Santo Tomás de Aquino que compara a educação com a arte do médico, ou a arte do agricultor.

A metáfora usada por Santo Tomás de Aquino é extremamente esclarecedora com relação ao entendimento no que diz respeito à educação. Ela abarca os fundamentos duma educação baseada em elementos teológicos e antropológicos. Além disso, esclarece a participação e o papel do docente e o do discente no processo de aprendizagem. Deus é o único Mestre. Mestre no sentido de ter direito de ir ao encontro na intimidade do outro e a instalar a verdade. Há outros elementos que integram o processo de educação do aluno, porém esta participação ocorreria em forma de cooperação.

A ética do ensino transparece com maior nitidez ao tratar da função do professor. Este não pode usurpar da função de Deus no ensino e entender-se como produtor da verdade. O papel do professor não deve se restringir a animar debates, mesmo que provoque entusiasmo nos alunos; não é ser orientador de pesquisa, nem ser pregador e defensor de doutrina e pontos de vista a fim de “conscientizar” o aluno. Sua função é de prestar ajuda, é de auxiliar naquilo a que naturalmente ele tende.

Antes mesmo de Santo Tomás de Aquino já se ouvia falar sobre a *duplex doctrina*, esta concepção já era bem difundida pelos mosteiros beneditinos desde o século IV. Mosteiro é uma instituição religiosa que se organiza sob uma regra e um Abade. A regra dos monges beneditinos baseia-se na interpretação das sagradas escrituras, na sabedoria dos monges eremitas e da tradição da igreja. O Abade é o pai espiritual dos monges ao qual era incumbida a tarefa de governar o mosteiro e exercer a *duplex doctrina*.

Esta doutrina pedagógica pede ao Abade um ensinar pelas palavras e pelos exemplos. De forma que o que ele ensinar seja confirmado por suas ações. Além disso, o Abade deveria exercer o que podemos chamar de disciplina flexível, que consiste num rigor, porém sem excessos. Ou seja, o abade exigiria dos monges disciplina, pontualidade, presteza e eficiência nas tarefas a eles confiadas, mas o rigor das cobranças não deve ser excessivo ao ponto de desanimá-los e menosprezá-los. O mais interessante é que o Abade, mesmo dentre tamanho rigor e exigência, deve se esforçar para ser mais amado que temido. Assim como o Abade em um mosteiro, o professor em uma escola. E de forma alguma, seu rigor e exigência devem se aproximar duma postura autoritária.

A visão de Santo Tomás não implica um autoritarismo. É claro que a figura do mestre está orlada pela autoridade, é intrínseco a sua função. Contudo o mestre não

viola os princípios fundamentais antropológicos como a liberdade, o respeito, o próprio processo de aprendizagem. O mestre não infringe a condição humana, ao contrário, está a favor dela. O mestre deve estar a favor da natureza humana e por isto respeitar sua condição. Por condição pode se entender as limitações próprias do homem, por exemplo, para uma criança aprender um determinado assunto é necessário tempo. O mestre não pode exigir aprendizado desconsiderando o tempo, outra coisa poderá ser a idade, um adulto em processo de alfabetização é diferente de uma criança. Aplicar o mesmo método para ambos desrespeita a condição de cada qual.

"O único mestre que tem o direito de entrar na intimidade da mente do outro, para colocar aí a verdade, é Deus. Deus é o único Mestre, os outros o são por participação e na linha fraterna" (PRADO. 1991, p. 178). A função do mestre, desta forma, apresenta aí seu caráter transcendente. O mestre (o homem que ensina) é somente mestre pela participação na ordem divina. O mestre não usurpa de Deus o caráter primordial de mestre, o mestre é mestre pela participação da inclinação divina. A dissonância com a natureza humana, ou seja, o desrespeito aplicado às limitações humanas e a indiferença com fundamentos teológicos provoca uma catástrofe na humanidade. Quando se perdem de vista princípios teológicos ocorrem fatos semelhantes ao nazismo. A função do mestre não pode ser confundida com a função do aluno.

Não se podem igualar os diferentes. É até bastante difundida a idéia de igualar professor e aluno, justificada pelo argumento de aproximação da realidade dos alunos; tal concepção entende que a aproximação de ambas as realidades possibilitaria um ambiente mais favorável ao aprendizado. Argumenta-se, ainda, que são iguais pelo fato de ambos aprenderem. O professor aprende com o aluno e o aluno aprende com o professor. O que de fato acontece é que desconsideram o fato de que cada um é diferente em sua realidade e em sua função, o aprendizado de cada qual é distinto. O professor aprende com o aluno, não há dúvida, porém a distinção é abismal porque o professor aprende de modo diferente com o aluno. O professor aprende, enquanto professor, e o aluno aprende, enquanto aluno, o aprendizado de ambos não é igual. Quanto ao professor:

Sua função é prestar ajuda. Ajudar o aluno a aprender, a descobrir, conferir a sua mente, e tomar posse, com um ato criador de sua inteligência ativa, da verdade, como algo seu. Não aprende a "verdade" do professor, mas a verdade das coisas. Os antigos

colocaram, por isso, a educação ao lado da medicina e da agricultura, como uma *ars cooperativa naturae* (PRADO,1991, p. 189).

A posição do professor de auxiliar no processo de aprendizado do aluno não mingua sua importância. A influência extrínseca do professor nada seria sem antes a do princípio interno infundido por Deus. A influência interna é também anterior em relação à influência extrínseca. Sua contribuição fundamental é a de auxiliar o aluno a tornar sua potencialidade intelectual ato.

Em suma, Deus tem a primazia do ensino porque ele concede ao homem as potências. O homem pode saber por sua própria descoberta o que não elimina nem menospreza a atividade auxiliar do mestre. O aluno pode aceitar o auxílio do mestre e este, por sua vez, ajuda sua natureza, da mesma forma que o médico ao paciente ministrando-lhe os remédios necessários para cooperar com o que o corpo naturalmente busca, a saber, a saúde. Entretanto, para que isto ocorra de fato é necessário que o mestre conheça perfeitamente o assunto que será estudado, afinal não se pode oferecer o que não se tem.

3 - O papel do aluno

Raramente alguma teoria educacional se dedica à pessoa do aluno, ou do aprendiz. Sempre, ao falar de educação, é focada a figura do professor. E muitas vezes a ele é tributada toda glória ou toda vergonha diante de um sucesso (aparente ou não) ou de um fracasso do resultado alcançado pelos alunos. “A culpa é do professor que não...”, “não, foi o professor que não quis...”, “é preciso que os professores...”, “professor, tem um curso que ensina a dar aula, você não gostaria ...”; assim com estes mínimos exemplos já é possível notar o peso e a responsabilidade (muitas vezes total) da ação pedagógica que é imposta sobre o professor. Cabe mencionar ainda que comumente se impõem ao professor responsabilidades, além da pedagógica.

Até mesmo as honradas Comissões internacionais de educação publicam artigos encantadores poetizando sobre a arte de ensinar, a arte de fazer o aluno aprender, o segredo de ser um bom professor, o mistério de fazer os alunos terem vontade de aprender. São, de fato, textos bem redigidos; contudo, mesmo que exaltando a figura do docente, cometem a injustiça de impor toda a responsabilidade da educação sobre ele, inclusive a responsabilidade que cabe ao aluno.

Para tratar da pessoa do aluno é preciso antes retomar novamente a

concepção antropológica pois, sem esta, não é possível estabelecer uma teoria segura a respeito do ensino. O ser humano não é constituído somente de experiências sensíveis, pois há realidades humanas que não são perceptíveis. Por vezes fala-se da educação do homem a partir do que ele produz, no entanto se faz evidente a necessidade de uma antropologia que contemple a amplitude da realidade humana.

Resta, pois, que a concepção completa, integral do homem, primeiro requisito da educação, não pode ser senão uma concepção filosófica e religiosa. Filosófica porque tem por objeto a natureza ou essência do homem; religiosa por causa do modo de existir da natureza humana em relação a Deus, e por causa das provações e da vocação implicadas nesse modo de existir (MARITAIN, 1968. p. 31)

O ser humano é um ser que possui o desejo de conhecer e de se afirmar graças à impositação de sua inteligência e de sua vontade, segundo Van Acker (1935). O ser humano deve ser compreendido em sua totalidade, sem fragmentação de sua realidade. E sob a influência aristotélica, Santo Tomás entende o homem dotado de alma. A alma, por sua vez, o lugar de habitação de Deus, foi criada para a vida eterna; portanto, a alma não é simples parte embutida no corpo como pensava Platão, é integração total com toda a realidade humana.

Há na carne e nos ossos do homem uma alma que é um espírito e que vale mais do que todo o universo físico. Por dependente que seja dos mais insignificantes acidentes da matéria, a pessoa humana existe em virtude da sua alma, que domina o tempo e a morte. O espírito é a raiz da personalidade. (MARITAIN, 1968. p. 34)

O aluno, enquanto ser humano, possui personalidade. Personalidade entendida como um aspecto humano. Esta não pode ser entendida como conseqüência da evolução, porque fora criada por Deus. Expressa a integralidade do ser humano, não é apenas corpo, “a personalidade não tem, somente, atividade sensível. Sua vida é superior, é espiritual” (VAN ACKER, 1935, p.149). Da personalidade é necessário reconhecer sua liberdade, responsabilidade no que diz respeito à formação de seu próprio caráter.

Constituído de potência intelectual, naturalmente, pela concessão Divina o aluno é instigado a buscar saber. Ele possui um gérmen natural que o estimula ao conhecimento e à sabedoria, que o provoca ao questionamento, que indaga sobre a origem e o sentido das coisas, que o leva a pensar em seu destino, em seu fim último. O

ser humano, enquanto dotado de sãs capacidades mentais, não pode negar sua natureza inclinada a admirar-se com o mundo e ao admirar-se, inevitavelmente questionar-se a respeito da origem, da harmonia imperante na realidade, da finalidade que todas as coisas alcançam.

O aluno, por esta natureza desejosa de saber, tende a tornar ato a potência de saber. Conforme Van Acker (1935), o conhecimento está já presente no aluno não em forma de potência passiva, ao contrário, em forma de potencialidade ativa. É o aluno o agente de sua evolução. Evolução entendida como realização da potência em ato, não como evolução propriamente biológica. Um professor, nem ninguém, pode tomar o lugar do aluno, enquanto impuser ou retiver seu desejo de conhecer.

As formas naturais preexistem na matéria não em estado de atualidade [...] mas, apenas, em potencialidade. Passam do estado de potencialidade para o de atualidade, impulsionadas por agente próximo, extrínseco, e não exclusivamente impelidas pelo agente primeiro (VAN ACKER, 1935, p. 156).

Sendo assim, a concepção de Santo Tomás de Aquino acerca da educação deixa claro que o agente principal da educação não é o professor. O professor é um auxiliar neste processo educativo. Seria antiético o professor tomar para si o papel que não diz respeito à sua responsabilidade. Ético seria o professor abraçar sua própria responsabilidade e deixar que o aluno abrace a sua. Pertence ao aluno o título de agente principal da educação e o professor o ajuda a desenvolver sua potencialidade, ajuda-o a pensar. O aluno é capaz de pensar por si mesmo, porém necessita de um mestre que o auxilie a organizar e esclarecer sua própria experiência.

A riqueza das metáforas é irradiante. Segundo a metáfora da planta e do agricultor, assim como a metáfora do médico e o paciente, o mestre exerce sobre o aluno uma influência importante. Contudo, é uma influência de auxílio, o mestre possui e arte de cooperar com a natureza. O mestre não tem a pretensão de tomar para si o mérito próprio da natureza humana, aqui ele se torna um auxílio.

A posição da filosofia tomista é que nos dois casos, a natureza (as energias vitais da natureza no doente, as energias intelectuais da natureza do aluno) é o agente principal da atividade própria de que o processo educacional depende principalmente. O agente principal nesta marcha não é o mestre, mas o aluno (MARITAIN, 1968. p. 208).

Se o aluno é o agente principal da educação, se ele pode aprender por si

mesmo, se ele pode descobrir, se ele pode conhecer coisas sem ajuda ou auxílio, que necessidade haveria de ter um mestre? Ora, “o ‘agente principal’ não pode dar a si próprio aquilo que não possui, perder-se-ia se agisse ao acaso. Ele deve ser ensinado e guiado” (MARITAIN, 1968, p.208). O mestre, então, tem a responsabilidade de conhecer determinada área do conhecimento com precisão. Sem este conhecimento não há possibilidade de auxiliar no conhecimento daquilo que não tem.

O desejo de aprender é do aprendiz. Não se pode omitir a ele o direito de desejar o saber. Nem pode haver leis ou algumas espécies de orientações educacionais que restrinjam ou dificultem ao aluno a possibilidade de saber. Tal ato, muito difundido por idéias políticas, mesmo que muitas vezes visando corte ao orçamento da aplicação do direito público, constitui-se em um grave crime à humanidade. Isto não se justifica porque desprover um ser humano da possibilidade de conhecer, saber é tirar dele a dignidade de ser humano. Conforme a tese de Santo Tomás constitui-se ser humano à medida que conhece. E não se trata de conhecimento aleatório, um amontoado de informações; trata-se de conhecimento que tem em vista a busca pela verdade. As informações devem ser alvo de reflexão, de questionamentos; devem tornar-se degraus sobre os quais o intelecto humano ascende rumo à verdade.

Aprender significa organizar as informações e experiências. Ao fazer descobertas, ao se deparar com novas informações, ao realizar novas experiências, ao encarar o turbilhão de novidades o aluno aprende a ordenar, assemelhar e dissociar as experiências, as informações e as coisas. E ao ordená-las, aos poucos aprende também a refleti-las e julgá-las. O exercício constante de aprender favorece o enriquecimento do seu espírito. O professor, então, auxilia o aluno nesta tarefa, porém não a usurpa.

O amor ao saber é inato ao ser humano: O mestre auxilia o aluno na conquista do saber, bem como outros elementos, como livros, enciclopédias. E o saber, enquanto busca da verdade, torna o ser humano mais humano. Carecer de tal possibilidade ao ser humano é impedi-lo de se tornar humano.

O aluno possui naturalmente um gérmen de saber e isto o instiga, o faz escalar de pergunta em pergunta. Já que se diz que é inato ao ser humano o desejo de conhecer, pode-se afirmar também que ele é um ser questionador, indagador da realidade que o precede e que o envolve. Nele há o conhecimento em potência. Caberá ao aluno pedir ao mestre para guiá-lo no caminho rumo à verdade.

CONCLUSÃO

A contribuição do pensamento de Santo Tomás de Aquino sobre a educação foi de grande valor. Sua bibliografia é ampla e também de grande importância para a humanidade. Na obra “*De magistro*”, ele fala sobre a educação, e compara a educação com as atividades do médico e do agricultor.

A questão central da educação diz respeito ao seu cerne e ao seu fim. Segundo Santo Tomás de Aquino, no cerne da educação está a verdade. Por sua concepção antropológica compreende o homem como o ser que deseja conhecer a verdade.

A verdade proporciona uma possibilidade inevitável, a finalidade da educação, a liberdade interior. Sem a verdade o ser humano não chega a lugar nenhum, não sabe sequer quem é ele mesmo. Santo Tomás propõe uma firme fundamentação da educação ao comparar a atividade do mestre com a atividade do médico e a do agricultor.

O médico, diz Santo Tomás, exerce sua arte como servidor assim, o médico colabora com a tendência natural do corpo. Assim é a planta que pela sua própria natureza busca crescer, desenvolver-se. O agricultor dedica seu tempo auxiliando seu desenvolvimento. O médico não produz a saúde. O agricultor não faz a planta crescer. É Deus quem ensina primeiramente o homem quando lhe é dada potência para saber. Deus age de forma interior e primeira, enquanto o professor é um auxiliar exterior e posterior.

Ao aluno impõe-se a responsabilidade maior da educação. Ele é o agente principal da educação, ele entra num processo de reconhecimento da realidade que o rodeia, passa a compreender o mundo e suas experiências. Pede o auxílio do professor nesta tarefa. O auxílio do professor é importante na medida em que ele colabora com o desejo do aluno de encontrar a verdade.

Com tantas frustrações de certas teorias educacionais do mundo de hoje, surge a proposta de retomar a concepção antropológica, teológica e os princípios essenciais da educação segundo o pensamento de um dos maiores filósofos medievais. Eis uma simples reflexão que pode ajudar nos fundamentos educacionais e na concepção pedagógica.

Abstract

This work is an analytical study of the foundations of Philosophy of Education of St. Thomas Aquinas, evaluating various aspects such as the heart of education, the teacher's role and the role of student. The methodology is based on literature search of several renowned authors.

Keywords: Education, Philosophy, professor, student

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO, Santo. *De Magistro (Do mestre)*. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Victor Civita, 1973. Col. Os pensadores.

De Magistro. Disponível em:

[HTTP://www.multiculturas.com/delfim/filos_educ/textos/AFurtado_metafisica_linguagem_de_magistro_agostinho_2005.pdf](http://www.multiculturas.com/delfim/filos_educ/textos/AFurtado_metafisica_linguagem_de_magistro_agostinho_2005.pdf). Acessado em: 15 ago 2011.

MARITAIN, Jacques. *Rumos da Educação*. 2ª Ed. São Paulo: Atual, 1968.

PRADO, Lourenço de Almeida. *Educação: ajudar a pensar, sim. Conscientizar não*. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

VAN ACKER, L., in: MAYER, Mary Helen, FITZPATRICK, Edward A. *Filosofia da Educação de Sto. Tomás de Aquino*. São Paulo: Odeon, 1935.

BIBLIOGRAFIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Temas de Filosofia*. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 1998.

BATISTA, José Tadeu. *Ética e metafísica em Tomás de Aquino*. Disponível em: [HTTP://www.arte.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=1763](http://www.arte.ricesu.com.br/art_link.php?art_cod=1763). Acessado em 15 ago 2011.